

NÓS E OS ÍNDICES – A PROPÓSITO DA PRESSÃO INSTITUCIONAL POR PUBLICAÇÃO

Pedro Lincoln C. L. de Mattos

UFPE

Em 6 de agosto de 2007, na solenidade de abertura da primeira das três semanas da avaliação trienal 2004-2006 dos 3.400 cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, o diretor presidente da Capes/MEC, prof. Jorge Guimarães, anunciou que, no período, o crescimento da produção científica no país tinha sido de 33% (Portal Capes, Sala de Imprensa, na mesma data). O número de cursos avaliados em 2004 tinha sido 1.819. Segundo ele, na mesma ocasião, em comparação com a produção científica mundial, que cresce continuamente, a participação brasileira pulou de cerca de 1% em 2000 para quase 2%. O fenômeno (no sentido coloquial mesmo) desperta reflexões, pois se conhece como gradual a curva ordinária de amadurecimento de uma comunidade científica.

Especificamente na área de Administração, Contabilidade e Turismo, os números finais da produção acadêmica são ainda mais expressivos, mesmo tomando-se apenas o crescimento comparativo de 2004 a 2006, viabilizado pelos dados disponíveis no *site* da Capes.¹ A produção em anais, periódicos e livros, aceita no Sistema Qualis, da Capes, de autoria dos docentes permanentes dos 86 programas cresceu 37%, e considerando-se a variação ocorrida no número de docentes

(*per capita*), o crescimento foi de 55%. Os números ainda indicam dois fatos: a) a produção ponderada segundo os pesos de cada publicação – considerada nos percentuais acima – é maior que a dos dados brutos, mostrando que houve melhoria na qualidade, segundo a Capes; b) a produção de autoria discente cresceu ainda mais que a docente: respectivamente 40% e 67% (neste último caso, o *per capita*). Como se vê, as novas gerações refletem mais rapidamente as tendências.

Como, na ocasião de início citada, o próprio ministro da Educação, presente, parabenizou a comunidade de pesquisadores, é legítimo que uma das reflexões possíveis seja dirigida ao que esses números representam para eles. Quem acompanhou de perto esse processo nos últimos dez anos, desde que foi feita a mudança decisiva na sistemática de relatórios e mapas, que inclui, no último triênio, grande avanço da informatização, sabe o que não aparece sob os atuais resultados – o que de fato significam na vida dos programas e na agenda de trabalho de cada pesquisador. À flor da pele, está a pressão institucional por publicação. Ela motiva por toda parte mudanças em rotinas e normas, discussões, queixas e até observações jocosas, como aquela que nos associa glamourosa-

mente ao “*publish or perish*” de nossas matrizes acadêmicas, ou aquela outra do professor-professor: “esqueceram de mim” – as aulas e orientação de alunos não valem nada na pontuação feita pelo Sistema Capes.

Não cabe, ao discutir o assunto, pôr em dúvida a importância e utilidade do trabalho feito pelo Sistema de Avaliação da Capes dos cursos de pós-graduação e da produção acadêmica neles. Iniciado há mais de 30 anos, seu reconhecimento internacional deve, no mínimo, lançar a discussão além de níveis primários, tais como tentativas de ridicularização do detalhamento das informações estatísticas (“lógica dos pontinhos”), e de clamores ideologizados contra o “produtivismo”. Sem negar que o sistema tem muito a melhorar no confronto com seus próprios fins, e que corre riscos, o que interessa aqui é pôr os olhos em algumas externalidades ou repercussões da pressão que ele desencadeia sobre os pesquisadores e seus programas.

O Sistema de Avaliação da Capes é um passo definitivo, e não dá para argumentar de maneira tal que a alternativa à atual pressão por produção acadêmica fosse a supressão dos indicadores quantitativos do sistema ou mudança radical no Currículo Lattes. É preciso repensar os limites e inten-

ções de uma argumentação contra a pressão pela produção.

Todos sabem que a comunidade acadêmica no Brasil se referencia pelo padrão internacional, o das universidades de ponta. Em certo momento, vimos que não podíamos participar do mundo da grande ciência sem nos legitimarmos por seus padrões. E havia outras razões mais internas, que vale lembrar: acomodação ou desvio dos professores para outras atividades, não raro de interesse particular. Esses vícios se mantinham pela falta total de controles e estímulos institucionais. Muitos de nós vivemos esse tempo. Então é indispensável sustentar e desenvolver um sistema objetivo de avaliação. Não é isso que se discute mais.

Contudo, seria preciso entender o que se está passando na área de Administração. Afinal, há dez anos – não é tanto tempo (o volume I do *Handbook de Estudos Organizacionais* estava sendo então lançado...) – tínhamos apenas o nosso tradicional EnAnpad, com 242 trabalhos apresentados, contra, no ano de 2007, quatro encontros temáticos além dele próprio, o XXXI EnAnpad, que, sozinho, já traz a lume 972 contribuições. As submissões mostram o mesmo crescimento, a relação trabalhos aceitos/submetidos mantendo-se estável entre 25 e 30%. No conjunto dos encontros científicos promovidos pela Anpad, registra-se salto de 1 mil para 6 mil submissões/ano no mesmo período. Isso pede melhor explicação entre os extremos das opiniões: “Sucesso absoluto! A Academy of Management já notará a nossa presença!”, ou: “Que loucura é essa!”... Talvez ainda seja cedo para apresentar uma interpretação consistente dos fatos desse crescimento vertiginoso, e requer-se estudo formal.

Contribuindo para uma pensata sobre o assunto, nossa pergunta nesse

momento é: O que não deveria e o que deveria preocupar os pesquisadores e seus programas, sob pressão institucional por produção acadêmica?

Pelo que dissemos, pouco acima, em defesa da existência institucional do sistema de avaliação, não resiste muito a preocupação de críticos aos descredenciamentos temporários de programas e mesmo de professores, dentro deles, em virtude da baixa pontuação na produção acadêmica, mesmo quando isso acontece bem próximo, e sabemos as particularidades dos casos individuais, configurando-se às vezes certa violência institucional. O sistema constringe os indivíduos, sim, mas não é impraticável.

Por outro lado, sobre certas críticas, em tom emocional, ouvidas contra o anúncio dos resultados do Sistema de Avaliação da Capes, transformado em fato político pelo governo, cabe uma observação. Os sistemas públicos de pós-graduação no país estão, desde a última década, sendo submetidos a política mais ampla de governo, já definida para outros níveis de ensino: tirar o país da constrangedora situação de ser um dos últimos no *ranking*, inclusive na América Latina, da relação estudantes de ensino superior por habitante na faixa etária correspondente. A pós-graduação vê-se arrastada pela graduação, cujos professores ela fornece. Por outro lado, é preciso dar ao Brasil a posição a que teria direito, pelo seu porte econômico e político, nas estatísticas da produção acadêmica mundial, inclusive pelo tamanho de seu sistema de pós-graduação. Alcançada, como agora, a meta política, a comemoração governamental, como temos ultimamente visto, é compreensível – mesmo que tenha por trás um enorme esforço adicional dos pesquisadores e toda a pressão institucional sobre o sistema. Considerando que boa parte do sistema de pós-graduação é estadual

ou municipal, dificilmente o governo federal encontraria outro sucesso político com menor dispêndio orçamentário! Sequer incorreu em custos especiais para evidenciar tal sucesso com credibilidade, dado o caráter cooperativo e voluntário do trabalho das comissões de especialistas.

Que preocupação deve isso provocar na mente do acadêmico, alguém que se declara fora do processo político oficial? Nenhuma. No Brasil, onde a educação é dever de Estado, a informação básica sobre o sistema e a produção acadêmicos é dada pelo Estado, não por coordenação das próprias instituições acadêmicas, como em outros países. O que importa a elas é que tal informação, sobre cada área, vale para cada uma em termos comparativos e chega bem às demais, e a instituições científicas internacionais, instâncias que de fato interessam aos acadêmicos. Como a oficialidade não afeta nada disso, tem-se, no caso, um serviço público de mão dupla. Deixe-se, pois, que o governo celebre o triunfo dos números, mesmo que o mérito não seja completamente seu.

Ouçamos com mais atenção as vozes (ou gritos) de outra preocupação: “Essa política leva à massificação da produção, pois, na prática, a qualidade é sempre sacrificada à quantidade”, (supondo que onde há massa não há qualidade). “Não quantidade, mas relevância!”, diz-se também. O que haveria a entender melhor nessas reações? Ou, de outra forma, que equívocos, nessa formulação, poderiam limitar-lhe a força – pois não pode ser desconsiderada?

A preocupação em relação ao Sistema de Avaliação da Capes não deveria ser propriamente com “qualidade”, porque esse sistema vela, sim, por um tipo de qualidade. Nem com “relevância”, sem qualificar de que se trata, pois esse sistema não se manteria, por exemplo, se fosse politicamente irre-

levante, inclusive para a comunidade acadêmica. Nos parágrafos seguintes, faremos em relação àquele aspecto a pergunta: “Que qualidade esse sistema se limita a promover?”, e em relação ao segundo: “Afinal, pode mesmo ser bem definido, para efeito de normas e controles, o que é relevante na produção acadêmica?”.

Começemos por olhar de perto o sistema. Ele tem sua eficácia apoiada em três pontos. 1) Não pode ser deslegitimado, uma vez que incorpora o julgamento por pares, indicados por sociedades acadêmicas. 2) Converte para um *ranking* (níveis de 1 a 7) dos programas, e por isso desperta todas as forças da emulação interna. 3) Nivelava a enorme diversidade dos programas ao estruturar-se sob a óptica neutra do desempenho por números – lembremos-nos de que o SIR, Sistema de Indicadores de Resultados, da Capes, se baseia explicitamente no Balanced Score Card, conhecido sistema de gerenciamento de metas e resultados, concebido na Harvard Business School e amplamente adotado pelas empresas (*site* da Capes, avaliação/indicadores de resultados). É também por essas formas de construir sua eficácia que o sistema se define por um tipo de qualidade, a qualidade formal-instrumental, em que hoje mostra grande competência.

A qualidade formal – um significado exteriormente reconhecível da ação humana – se coloca em plano diverso e aparentemente fora da discussão do sentido, da utilidade e da validade interna do que é dito. Ela pode sobreviver sem o consenso sobre isso, o qual é politicamente sempre incerto. Ao nível do formal, inevitável à convivência social, somos indiferenciados, e podemos sempre encontrar algum acordo. Primeiro, porque, seja qual for o conteúdo da produção, ela tem que se materializar e ser passível de computação, e assim a quantidade

pode geralmente traduzir as qualidades formais. Segundo, porque é preciso expressar-se bem, argumentar bem, seja qual for a relevância que se atribua à produção, e isso pode também ser objetivamente julgado. Artigos bem estruturados, firmemente ancorados em farta citação ou em dados bem levantados e tratados, mostram indiscutível qualidade formal que pode ser facilmente reconhecida e, com certo treinamento, aprendida; pode tornar-se base comum para processos seletivos, com grande potencial de expansão.

Quando a qualidade formal é instrumentalmente bem estruturada, tem-se certeza de que o sistema serve bem, mas tem-se dificuldade de precisar a que, pois o formal parece externo à intenção e, portanto, ao sentido.

Por outro lado, opor tal qualidade formal-instrumental ao simples conceito de relevância seria levantar antinomia que dificilmente se resolve ao nível prático, o da formulação de políticas e normas – note-se que, mesmo com boa vontade, os índices de citação alegados pela Capes como indicadores de qualidade ainda convencem muito pouco nesse sentido. Por aí, a crítica em nome da relevância não vai longe. Contudo, analisar a relevância é possível e importante, e a antinomia deve ser posta, sim, por outra via, porém: a do acordo entre os agentes (no seio da comunidade de pesquisadores). Porque, ao contrário da qualidade formal, o acordo no caso da relevância se dá de forma intersubjetiva. As ações (uma aprovação consensual de um artigo julgado relevante, por exemplo) exteriorizam, mas não esclarecem. Assim também não se formaliza a relevância porque ela está no nível do acordo intersubjetivo, algo no plano da pragmática da linguagem, não no da semântica.

De fato, o que é relevância, o que é um trabalho relevante? (A

Academy of Management Review e a *RAE-eletrônica*, fazendo eco à *Administrative Science Quarterly*, promoveram recentemente discussão do tema.) Tem-se respondido: o que origina novo entendimento e abre novos caminhos; o que é interessante, que surpreende; o que contesta suposições ou inclui uma perspectiva crítica. Aí não teremos saído ainda do critério intersubjetivo, pois, ao passarmos à questão prática “como identificá-la objetivamente, para prover um sistema de avaliação?”, não conseguimos ir além de indicações indiretas e duvidosas. E se dissermos que relevante é o trabalho metodologicamente mais consistente, bem instrumentado, documentado e apresentado, voltamos ao campo das qualidades formais. Dessa forma, os acadêmicos podem (e devem) entrar em acordo sobre a produção relevante, mas deixar-se a meio caminho do esclarecimento analítico dela.

É nossa posição, pois, que existe antinomia entre o formal e o relevante, e que, por isso, o sistema formal-instrumental de avaliação da agência governamental não pode promover a relevância, embora não deva deixar que as instituições se viciem no esquecimento dela – e aí pode favorecê-la indiretamente. Ela é algo que surge de outros contextos qualitativos e se promove, sobretudo, por exposição de uma comunidade de praticantes de pesquisa a outras, e a outros setores da vida social. (A ambigüidade e o ecletismo do campo da Administração são, muitas vezes, a questão em que se esbarra ao se tentar pensar sobre relevância e critérios qualitativos para o conhecimento em tal campo.)

De volta ao ponto específico da discussão, a conclusão é de que, sob condições de qualidade formal, a produção acadêmica pode até crescer com pujança, indefinidamente (e, com pressão e sacrifício dos pesquisadores,

até rapidamente), e de que uma eventual queda de relevância não seria diretamente imputável a ela. Qualidade formal e relevância não são inversamente proporcionais como critérios para orientar a prática da pesquisa, ou seja, o sistema de pós-graduação não ganha relevância reduzindo a qualidade formal. A preocupação com a relevância em face do crescimento formal da produção acadêmica, originalmente legítima, precisa, portanto, ir além, na direção da prática, para esclarecer-se. Voltar-se-á a isso pouco adiante.

Há quem tenha preocupações com a inviabilidade aritmética do volume de publicação, como esperado pelo sistema. Realmente, na área de Administração, o número de periódicos bem referenciados pelo Qualis (Capes) está longe de corresponder ao número de professores dos programas de pós-graduação que quisessem ter sequer uma publicação por ano – mesmo supondo que os alunos não aumentassem tal demanda de submissões porque publicassem em parceria com os professores. Apesar do esforço das editoriais, as filas de textos em processo de avaliação ou publicação (fenômeno presente em outros países também) são hoje crescentes. O fato é inegável. Pode-se imaginar aqui o preço que a nossa área vem pagando por crescer a taxas superiores às do sistema (o qual votou, na Capes, por esses padrões gerais).

Mas talvez seja melhor dizer que se trata do preço a ser pago por uma geração, a atual. De fato, se, por critério do Relatório Capes, também se torna interesse dos programas de pós-graduação que tenham veículos de publicação, a defasagem é só uma questão de tempo. O sistema gerará oferta de veículos de publicação, e a Capes vai, como parece estar começando a fazer, flexibilizar as exigências de admissão de periódicos, mesmo sem poder ser

acusada de baixar o nível. Ademais, a questão dos veículos de publicação não é propriamente a de criação de periódicos – há gente querendo criá-los e, sendo algo de baixo custo, não se alega falta de recursos para isso. A questão está no gargalo da avaliação do material submetido. Então, talvez em cinco ou dez anos a defasagem ocorra em níveis toleráveis. Ou seja, certo equilíbrio demanda-oferta pode não demorar.

Ainda em relação à compressão da oferta de oportunidades pela demanda por publicação, e de volta à questão qualidade formal x relevância, deve-se alertar para algo. Parece que o aumento da legião dos publicadores – que só tende a acelerar-se, à medida que as escolas privadas adaptem, com eficiência empresarial, sua produção acadêmica a mais essa condição de reconhecimento – é muito mais que uma questão de esforço de publicação científica relevante. Torna-se estratégia de auto-qualificação e credenciamento curricular dos professores e de legitimação de suas instituições. Aí pode, sim, residir uma preocupação, pois a qualidade formal, limite do sistema de avaliação, pode ser procurada para isso e bastar para tanto.

E chegamos a dois riscos maiores. O primeiro deles poderia ser chamado de “demissão de identidade” dos programas em fase de consolidação – deformidade que pode vitimá-los até depois de consolidados. A coisa é esta: não é preciso construir identidade própria para subir na escala do sistema! Muitos programas têm como o ponto mais forte de seu planejamento estratégias para satisfazer aos critérios de ascensão do nível 3 para o 4, deste para o 5 ou do 5 para o 6. Aí se concentram os esforços. Torna-se preciso, por isso, controlar contabilmente a produção de cada docente, condicionando a ela sua permanência no programa – o que, simbolicamente, significa definir

a diferença entre vida e morte na carreira; torna-se preciso agregar ações de solidariedade acadêmica e regional, abrir Dinters e Minters; criar condições para intercâmbio com centros de pesquisa no exterior; financiar a ida de pesquisadores-autores a congressos para incentivá-los e registrar pontos (e eis a finalidade maior dos MBAs nas universidades públicas); torna-se preciso detalhar regras internas para obviar o abandono do curso por (mesmo poucos) alunos e garantir conclusões bem-sucedidas dentro dos ideais 24 ou 48 meses – o que é mais difícil porque os maiores causadores do estouro de prazos são os próprios orientadores, de agendas sobrecarregadas. Poderia prosseguir por aí a enumeração dos desdobramentos programáticos da meta maior: galgar mais um degrau.

Enquanto isso, silencioso efeito alienação se instala, alimentado por certo pragmatismo acadêmico (está profundamente inscrito na prática cotidiana algo como: “afinal, existimos para produzir academicamente”...). Alienação de quê? – Do próprio futuro, do próprio destino institucional. O grupo se demite da árdua mas inteligente e fascinante construção da própria identidade no cenário da ciência! Imitar certa formalística da produção acadêmica nos deixa seguros e confortáveis, pois, pelo menos, nos sentimos aceitos pelos nossos líderes internacionais.

Já imaginar que a criação e o cultivo dessa identidade não fossem também intenção dos gestores da política de avaliação pública seria atribuir-lhes agressão à liberdade científica, promoção cega da produção tecnológica e, a longo prazo, política suicida de destruição dos valores culturais do país. Não há por que alimentar tal preocupação. Contudo, a descrição acima não é imaginária, e a interpretação surge de sua intensidade.

Esse mesmo contexto se projeta em outro nível, agora partindo da pressão psicológica sobre o pesquisador individual, por produção. Existe, sim, a chamada síndrome do estresse acadêmico. Deve-se culpar por isso o sistema de avaliação oficial? Existe resposta fácil e comum (o sim), para o professor estressado que não analisa bem e reflexivamente sua situação. Contudo, tem esse professor claro para si seu próprio projeto acadêmico, integrado ao de seu grupo de pesquisa? Entende ele que a qualidade de seu trabalho tem uma referência pessoal básica relativa ao seu amadurecimento progressivo na carreira? E mais: relativa a suas convicções metodológicas? Sabe em que tipo de estudo precisa investir mais nos próximos anos? Tem ele consciência de que haverá períodos de mais incubação e outros de mais produção? Essas perguntas estratégicas só podem ter eco se o professor se acostumar com a idéia de não se sentir obrigado a ter mais que o número mínimo anual de pontos (produção) definido por seu programa, que tende a ser o próprio MB da Capes (12 pontos na média anual do triênio). Mas, não. Ele abdica de um projeto acadêmico pessoal e grupal para reger-se pelo máximo. A regra do “quando mais, melhor” é, nesse caso, absolutamente desprovida de sentido. Teria razão Bourdieu ao afirmar que os acadêmicos participam da cultura moderna de acumulação máxima de um capital – a credibilidade do saber especializado e o prestígio entre os pares, um crédito científico sujeito a cálculo econômico e representado, sobretudo, por um belo currículo de publicações?

Mais uma vez: cada professor, assim como cada programa, tem que ter seu próprio planejamento e metas de forma tal que, visando-os, atenda também, em médias trienais, aos mínimos fixados pelo sistema de avaliação de que faz parte. Nesse sentido,

por exemplo, completar 12 pontos, em média anual, é uma meta exigente para o pesquisador, mas razoável, considerando-se os trabalhos feitos em co-autoria com colegas, orientandos e ex-orientandos (recém-diplomados). O estresse acadêmico de agendas carregadas existe, sim, mas sobretudo por culpa dos próprios acadêmicos, que, além de (secretamente) competirem entre si, são também incansáveis empreendedores de sua própria credibilidade e missionários de suas próprias idéias.

Finalmente, a segunda das preocupações maiores, que, de outra forma, toca também a relevância. A pressão por publicação, tal como vem atuando sobre os professores e programas, não apenas a promove, mas, no tempo, gera hábitos de trabalho, institucionaliza práticas de pesquisa peculiares, talvez discutíveis. Surgem soluções metodológicas preferidas para as atuais condições contextuais de pressão generalizada por produção, grande motivo da vida acadêmica.

Eis algumas. Fazer um artigo acadêmico e, por extensão, uma dissertação é algo do jogo de linguagem “preencher uma estrutura” pré-desenhada de tópicos (a metáfora do grande formulário). A orientação dos alunos – agora também até fora da pós-graduação *stricto sensu* – é feita generalizadamente pelo esquema “introdução – referencial teórico ou revisão de literatura – metodologia – resultados, sua análise e discussão – conclusões”. E cada uma dessas partes se desdobra em detalhes previsíveis, conforme a variedade de problemas e estratégias de coleta de dados. Aliás, a diáde “ensaio teórico” e (ou) “estudo teórico-empírico” está definitivamente consagrada, não somos capazes de projetar nada sem recair aí (fora disso o autor estará a fazer romance ou, no mínimo, peça etnográfica...). Ganham espaço os manuais de metodologia

e as obras de detalhamento exaustivo de certas estratégias de pesquisa; ganham prestígio os metodólogos, tudo seguindo o padrão das grandes escolas internacionais de administração sob influência americana. Uma máquina epistemológica sofisticada. Claro, isso viabiliza a operacionalização de pesquisas e a democratização da habilidade de pesquisador, inicia o jovem acadêmico a mais rapidamente tornar-se também um autor (ou seja, um produtor de textos). É a base do padrão industrial na pesquisa. A questão epistemológica é levantada por causa da metodológica, e esta é associada à tecnológica (tecnologia de pesquisa). Os *softwares* – quem descobre um novo e sabe usá-lo tem retorno em aprovação de *papers* garantido – vêm oportunamente em auxílio da análise, que tradicionalmente fora a inteligência da criação científica. A análise, segundo os padrões, pede “dados coletados” de forma compatível com eles e uma concentração sobre os “instrumentos” de coleta. Aliás, a academia de Administração se expandiu sob a inspiração da “sociologia instrumental americana”, na expressão de Christopher Bryant em *Positivism in Social Theory and Research* (1985).

Nada de errado com a instrumentação e padronização metodológicas, não se trata de bani-las. Contudo, no atual contexto, elas são estratégicas ao empreendimento de pesquisa; nelas se pensa primeiro, são o esteio garantidor de sucesso. Em bancas e na avaliação por pares, o julgamento intersubjetivo da cientificidade, que é socialmente conduzido, tende agora a tomar por base a observância do *script*, a exuberância das citações autor-data – como é fácil hoje obtê-las! – e a sofisticação metodológica da análise qualitativa ou quantitativa. Ao contrário, conceber apropriadamente problemas sociais e humanos leva tempo e não pode separar observação cuidadosa de criação

criterosa. É diferente de precipitar-se para a geração de textos. Há o que, para ser bem-feito, exige tempo, reflexão, ensaio e diálogo, e há o que pode ser mais rapidamente produzido, como é o caso das soluções tecnológicas em diversas outras áreas. O atual sistema de avaliação acadêmica da Capes não tem como diferenciar a produção criativa da produção em escala, e receia-se que, por isso, acabe por dar guarida à segunda. Seria reconfortante saber que as autoridades de pesquisa estão advertidas disso!

Também há certo submundo na produção acadêmica turbinada que é difícil coibir diretamente, mas a cujas causas estruturais é preciso estar atento. A vinda de um palestrante estrangeiro – pode-se discriminar entre eles? – traz retorno certo ao produzir um “encontro internacional”; há encontros internacionais B (no Qualis) desacreditados à boca miúda, mas que continuam procurados, pois sempre geram vantagens em processos seletivos; desvirtua-se a produção em equipe para multiplicar os créditos individuais de pontuação de cada um dos quatro ou mais autores (que, não raro, trocam amabilidades com a atribuição recíproca de autoria); fazem-se composições habilidosas de textos acadêmicos preexistentes, pré-moldados de diversas fontes (para isso também servem os bancos de dados e buscadores de palavras-chave ou expressões), e o mínimo de elaboração pessoal; qual-

quer disciplina de pós-graduação pode gerar dezenas de *papers* – afinal, alguns deles sobreviverão. Há, no Lattes, currículos artificialmente obesos pela contribuição de pequenas gordurinhas que o sistema não diferencia suficientemente de tecidos mais consistentes. Os exemplos seriam muitos. Tais coisas, inevitáveis, precisam, por sinais inequívocos de lideranças e autoridades, passar claramente à marginalidade acadêmica. Nas condições acima descritas, a jovem comunidade acadêmica de Administração pode estar formando sua feição metodológica. Isso é preocupante.

Assim têm-se esboçado, em relação à pressão oficial por publicação acadêmica, preocupações, umas mais consistentes que outras, ora merecedoras de atenção, ora insubsistentes ou que ainda não conseguiram formulação sustentável. O triunfo dos indicadores é suficientemente grande para provocar reflexão. Como se tentou caracterizar, essa questão do ritmo e padrões de produtividade acadêmica deve ser vista com perspectiva maior no tempo e na formação da jovem comunidade acadêmica de administração. Cabe consciência mais ampla do que se passa, pois estamos sendo conformados enquanto tradição. O contexto internacional (a ser atendido) não pode ser preliminarmente invocado contra isso: não temos instituições maduras nem bem instrumentadas, com organização do trabalho bem definida socialmente.

Por que almejar reconhecimento por indicadores que suporiam condições comparáveis? No limite, podemos estar sendo ingênuos.

A responsabilidade por refletir sobre essas coisas talvez recaia sobre nossas instituições líderes, os programas “6”, e, talvez, em subáreas específicas ou regionalmente, os programas “5”. Que farão eles depois que chegarem ao topo? Terão perdido anos preciosos na formação de uma liderança com feição científica própria e local, porque isso implica trabalho criativo e lento, renúncia a uma corrida sem sentido por marcas de *performance*, e o desafio de praticar opções gerenciais autóctones, ainda que socialmente referenciadas. Outro ideal acadêmico.

NOTAS

1. Para a produção docente: http://conteudoweb.Capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2004/027/2004_027_PE76027XXXXXX_576_PE76.pdf&aplicacao=planilhasespecificas e http://conteudoweb.Capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2006/027/2006_027_PE76027XXXXXX_576_PE76.pdf&aplicacao=planilhasespecificas

Para a produção discente: http://conteudoweb.Capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2004/027/2004_027_PE22027XXXXXX_522_PE22.pdf&aplicacao=planilhasespecificas e http://conteudoweb.Capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2006/027/2006_027_PE22027XXXXXX_522_PE22.pdf&aplicacao=planilhasespecificas

Pensata recebida em 09.09.2007. Aprovada em 01.02.2008.

Pedro Lincoln C. L. de Mattos

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco
Doutor em Government pela London School of Economics and Political Science University of London
Interesses de pesquisa nas áreas de metodologia de pesquisa em administração e epistemologia do conhecimento

E-mail: plincoln@hotmail.com.br

Endereço: Av. Moraes Rego, 1.235, Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-901